

RECADO DOS AGRICULTORES ⁽¹⁾

Cleber Bueno Guerra (2)

Numa Assembléia histórica, reuniram-se, em Vitória/ES, cerca de 700 Agricultore(a)s das 14 Escolas Famílias Agrícolas do MEPES, 6 EFAs Municipais e 3 Escolas Comunitárias Rurais -ECORs, fechando uma ampla discussão iniciada nas Comunidades, com objetivo de refletir sobre a participação das famílias na vida destas Escolas e o futuro da “Pedagogia da Alternância”, no Estado. A retomada deste tipo de assembléia, paralisada há 12 anos, foi promovida pelos próprios agricultores, tendo sido marcada pelo caráter propositivo, (não só reivindicatório!), além da alegria e esperança, apesar da crise geral.

Na plenária final, aprovaram: “Que educação, que organização e que agricultura querem os agricultore(a)s?”. Na educação, querem aperfeiçoar e ampliar a “Pedagogia da Alternância”, que valoriza o ser humano, a família, a comunidade e o desenvolvimento rural sustentável, bem como querem uma Escola que forme cidadãos e empreendedores solidários, diversificando as formações profissionais para atender às demandas atuais do espaço rural.

Querem uma agricultura diversificada, no sistema agroecológico, somando “conhecimento técnico-científico” com “saber popular”; pesquisa, assistência técnica, extensão e crédito rural adequados à agricultura familiar, de qualidade e em quantidade, além de pleitearem subsídios sim, não como privilégio, mas, como instrumento de transformação sócio-econômica, gerando renda e melhorando a qualidade de vida.

Quanto à organização, querem os “Centros em Alternância” atuando mais na promoção do desenvolvimento, articulando os agentes e animando os processos, nos diversos Conselhos, buscando conquistar força política para interferir nas políticas públicas e contribuir no fortalecimento das organizações, especialmente, MEPES, UNEFAB e os movimentos populares. O Conselho Geral criado nesta Assembléia, constituído pelos Presidentes das Associações, já está refletindo sobre a ampliação do Ensino Médio/Profissionalizante e projetando a implantação do nível superior, no regime de Alternância.

A marcha desta liderança diferenciada, na quase totalidade, formada pelo modelo pedagógico implantado pelo MEPES, há 33 anos, deve merecer atenção especial das autoridades e das políticas públicas. Na citada assembléia, ficou claro que estes agricultore(a)s sabem bem aonde querem chegar, continuarão fazendo sua parte, mas, vão exigir, cada vez mais, maior participação dos Governos e dos agentes políticos. Embora com algum atraso, não deixa de ser um recado oportuno para uma nova era!

⁽¹⁾ **Publicado em A Gazeta, Vitória/ES, 18/12/2001 e no Jornal da UNEFAB nº 14, em Abril/2002.**

⁽²⁾ **Eng. Agrônomo do Incaper e Assessor do Mepes**

CONSELHOS MUNICIPAIS ⁽¹⁾

Cleber Bueno Guerra ⁽²⁾

Implantados, na sua maioria, como exigência legal para que os Municípios selecionados recebessem recursos do PRONAF, como estariam funcionando, hoje, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs)? Conseguiram avançar e ultrapassar os limites deste programa? Teriam contribuído, efetivamente, para o estabelecimento de uma nova prática social nos Municípios beneficiados?

Apesar dos inegáveis avanços, as avaliações já disponíveis evidenciam algumas dificuldades de funcionamento: a) O critério de inclusão dos Municípios “mais pobres, mais agrícolas e menos populosos” acabou selecionando comunidades com menor capacidade de respostas; b) A supervalorização do crédito rural e a burocracia pública permanecem com forte presença; c) O planejamento está restrito ao Município, impedindo ações regionais, além de aprovarem planos de captação de recursos ao invés de planos de desenvolvimento; d) Persistem as manipulações políticas dos CMDRs, especialmente de Prefeitos e Vereadores; e) Embora paritária, a participação dos agricultores familiares tem sido tímida, muitas vezes, legitimando pleitos sem o devido interesse coletivo; f) Reuniões